



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E CIDADANIA**

SÍNTESE DE PROJETO DE PESQUISA

**História, Documentação e Patrimônio: Preservação, Acesso Digital e Uso de
Fontes Históricas na Identificação do Patrimônio Cultural**

Jonas Marçal de Queiroz – Coordenador (DHI)

VIÇOSA, SETEMBRO 2018

1. Objetivos

O conceito de patrimônio tem sido objeto de um intenso debate, cuja tônica consiste em rever uma concepção que, a partir do século XVIII, sob influência Revolução Industrial e da Revolução Francesa, insistiu em estabelecer sua relação com uma pretensa identidade nacional. Entre as consequências desta revisão, destaca-se o número impressionante de novos adjetivos que passaram a impregnar o velho conceito: imaterial, natural, ambiental, genético, digital, documental, entre outros. Este processo demonstra, em grande parte, uma tentativa de inclusão de novos atores e, portanto, de novas perspectivas, uma vez que a circunscrição do conceito ao âmbito dos quadros nacionais é atualmente percebida como limitada e comprometida com determinada ideologia.

Interessa-nos, portanto, no âmbito deste projeto, centrar as atenções no debate acerca da ampliação e revisão do conceito de patrimônio, particularmente no que se refere à questão das suas relações com as fontes históricas. Nesse sentido, objetivamos:

- 1) conhecer e analisar os processos de constituição dos acervos documentais, em particular os da Zona da Mata mineira;
- 2) discutir os métodos de conservação preventiva e de difusão empregados;
- 3) avaliar a constituição do patrimônio documental em suas esferas nacional, regional e mundial;
- 4) examinar o uso das fontes históricas, bem como das metodologias inerentes ao ofício do Historiador, nas ações de preservação do patrimônio cultural.

2. Justificativa

Sabemos que, no Brasil, a partir de meados do século XIX, algumas instituições, sendo a principal delas o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), dedicaram-se ao árduo trabalho de reunir, preservar e divulgar documentos relativos à história do país. Se a necessidade de proteção deste patrimônio documental ainda não era uma questão premente naquele período, tornou-se a partir de 1946, quando, pela primeira vez, tornou-se objeto de uma determinação constitucional. Entretanto, tal resolução não trouxe resultados práticos, significativos e imediatos.

Até o final da década de 1980, o acesso a documentos produzidos no passado ainda era problemático. Com exceção do Arquivo Nacional, de alguns arquivos estaduais e umas poucas instituições públicas e privadas, entre elas o próprio IHGB e suas sessões regionais, diversos Estados do país sequer possuíam instituição arquivística. Mesmo nos centros hegemônicos, grande parte dos acervos permanecia guardada nos porões das instituições de guarda; um grande volume foi também destruído por intempéries, a negligência e o desconhecimento. Vez por outra alguma decisão governamental ameaçava destruir partes significativas do que havia.

Em 1991, finalmente, a Lei nº 8.159, também conhecida como Lei dos Arquivos, deu início ao que viria a ser uma primeira política nacional de arquivos em nossa história. Além de reafirmar o compromisso do poder público com a proteção, conservação e acesso aos documentos públicos e privados, esta lei criou uma estrutura, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), destinada a elaborar e executar a referida política. De 1991 até 2011, quando foi promulgada a Lei no 12.527, que regula o acesso à informação previsto na Constituição de 1988, houve um processo crescente de conscientização e também de institucionalização da política nacional de arquivos, as quais contribuíram para a adoção, em várias partes do país, de programas de identificação, preservação e acesso a documentos públicos e privados.

Paralelamente a este processo, mais precisamente a partir de 1992, a UNESCO estabeleceu um programa internacional intitulado “Memória do Mundo”, derivado da crescente conscientização sobre os riscos que as guerras, conflitos sociais e outros fatores, como dificuldades materiais, representavam para as fontes históricas. Preparou-se, então, uma primeira lista de acervos

cinematográfico, documental e bibliográfico que deveria receber proteção e alguns projetos com orientações sobre o uso de tecnologias contemporâneas na reprodução de acervos originais em outros meios, como microfilme e CD-ROM, começaram a ser executados. Comitês regionais e nacionais do Programa foram criados em diversos países para coordenar planos de ação e preparar candidaturas de novos acervos para a lista do Patrimônio Documental Mundial.

O comitê brasileiro surgiu em 2004, tendo como objetivo, entre outros, identificar, avaliar e selecionar documentos e coleções de importância mundial para serem registrados junto ao Programa Memória do Mundo em seus três níveis: nacional, regional e mundial. No âmbito nacional, a partir de 2007, cerca de dez itens foram selecionados anualmente para compor o Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Esta seleção vem sendo feita a partir da inscrição em formulário fornecido pelo Programa e preenchido pela instituição detentora do acervo. Paralelamente à seleção dos acervos, o Programa promove ações voltadas para a difusão de suas propostas e a conscientização acerca da importância da preservação dos acervos documentais nos mais diversos suportes.

3. Ações Previstas

Este projeto é vinculado ao Laboratório Multimídia de Pesquisa Histórica (LAMPEH), que desde vem promovendo, com a participação de pesquisadores, estudantes e técnicos, em colaboração com algumas entidades, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Prefeitura Municipal de Viçosa, ações voltadas para a conservação preventiva, difusão e acesso público de livros e documentos.¹ Várias destas iniciativas receberam apoio financeiro de instituições de fomento, como a FAPEMIG, o CNPQ, o MEC/PROEXT, entre outras. Com a criação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, foram desenvolvidas dissertações sobre a temática abordada neste projeto, cujas ações preveem o apoio a novos projetos voltados para a questão da preservação e difusão de acervos documentais, museais, bibliográficos etc. É também propósito do LAMPEH e deste projeto estimular a discussão sobre o uso das fontes históricas e das metodologias a elas aplicadas nas realizações de ações destinadas à preservação do patrimônio material e imaterial.

Outra ação prevista diz respeito à participação do LAMPEH e do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na Cátedra UNESCO “Patrimônio Imaterial e Saber Fazer Tradicional”, vinculada ao Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora (Portugal). Esta ação consiste na criação do Laboratório Vivo do Patrimônio, voltado para a implementação de um Fórum de Conselhos Municipais do Patrimônio cujo objetivo é discutir e executar políticas de preservação e difusão do patrimônio cultural.

4. Bibliografia Básica

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução de Andréa Dore. Revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes**. Tratamento documental. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Trad. de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARVALHO, Ana. **Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial. Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas**. Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS, 2011.
- CHUVA, Márcia Regina Romero. **Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 e 1940)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.

¹ Informações sobre os projetos do LAMPEH estão disponíveis no sítio: <http://www.lampeh.ufv.br>.

- CHOAY, François. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- MESTRE, Joan Santacana; BENITO, Victoria López (coords). **Educación, Tecnología Digital y Patrimonio Cultural. Para una educación inclusiva**. Gijón (Espanha): Ediciones Trea, 2014.
- POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. Trad. de Guilherme João de Freitas. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismêmia S. Silveira. **História & Documento e Metodologia de Pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- SLENES, Robert. O que Rui Barbosa não queimou. Novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. 1, pp. 117-49, 1983.
- SLENES, Robert. Escravos, cartórios e desburocratização: o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 166-196, mar./ago. 1985.